

10/04/2018 18:28:20 - EMPRESAS E SETORES

## **ARSESP PRETENDE COMEÇAR A IMPLEMENTAR NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA DA SABESP A PARTIR DE 2021**

São Paulo, 10/04/2018 - Finalizados os trabalhos da 2ª Revisão Tarifária Ordinária (RTO) da Sabesp, com conclusão prevista para o próximo mês, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) começará a se debruçar no projeto de uma nova estrutura tarifária para os serviços de água e esgoto. O diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp, José Bonifácio de Souza Amaral Filho, afirmou ao **Broadcast** que a ideia é ter algo definido já para o próximo ciclo tarifário, que começa em 2021. "Sou otimista, acho que a agência consegue em dois anos avançar, começar a implementar", disse.

De acordo com Filho, a plano é organizar uma ampla discussão, começando com um ciclo de seminários com participação de especialistas, técnicos e acadêmicos, possivelmente já neste ano. Entre os pontos centrais do projeto, está aumentar a cobertura da tarifa social e repensar a cobrança pelo consumo mínimo de 10 metros cúbicos.

"Tem muito para avançar, mas é complexo, porque conforme você mexe na estrutura, você tem respostas da demanda", aponta o diretor da Arsesp. O desafio é rebalancear as fontes de receita da Sabesp de modo que a concessionária não saia prejudicada. "Não adianta querer fazer de modo açodado, a toque de caixa, e isso ter um reflexo ruim. Vai ter um reflexo ruim se não for bem feito".

Os estudos de uma nova estrutura tarifária começaram em 2013, mas a agência decidiu paralisar o projeto na época em função da crise hídrica, entre 2014 e 2015. Agora, a Arsesp pretende retomar as discussões, partindo da experiência verificada internacionalmente e mesmo em outros Estados do País. Sobre a tarifa social, Filho traz como referência o programa Luz Para Todos, do setor elétrico, que "claramente teve sucesso".

### **Gatilho**

Sobre o polêmico "gatilho" que havia sido proposto na 2ª RTO, Filho afirma que a agência reguladora voltará a discutir a questão em consulta e audiência públicas, possivelmente ainda neste ano. No mês passado, a Arsesp informou que decidiu não implementar o mecanismo no ciclo 2017-2020, visando permitir "o aprofundamento do estudo sobre o tema e maior debate com a sociedade".

O diretor da Arsesp afirma que a proposta nunca se tratou de um reajuste automático de tarifa da Sabesp. Segundo ele, a ideia era estabelecer um parâmetro para casos de anormalidade do consumo que pudessem ensejar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), procedimento já previsto em lei. "Qual era o limiar para fazer [a RTE] o que é razoável? É isso que a gente queria discutir, e é isso que vamos discutir em consulta e audiência públicas".

Durante a audiência pública da 2ª RTO realizada hoje, Filho avaliou que o acalorado debate criado em torno do mecanismo foi "sem sentido". Ele afirma que os técnicos visavam, na verdade, uma possível redução da tarifa ao consumidor, já que o mais provável seria um aumento do

consumo pós-crise hídrica. "Essa era a ideia dos técnicos: podemos ter um aumento de consumo pós-crise hídrica que vai, na verdade, favorecer a Sabesp e temos que tirar isso em favor do consumidor", diz.

Ainda de acordo com ele, a agência não usará mais o termo "gatilho", que soa de modo "desagradável" e pode estar relacionado à "memória inflacionária". (Letícia Fucuchima - [leticia.fucuchima@estadao.com](mailto:leticia.fucuchima@estadao.com))